

ATA Nº. 5

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
28-02-2014**

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e catorze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do **Senhor João António de Matos Lérias**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho** e pela Senhora **Lúcia Dias Abelha**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Socialista**, os Senhores: -----

Mário André Balsa Gonçalves, Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, Sara Paula Caetano Domingos, António Manuel dos Santos Rodrigues, Manuel António Simões Martins e José Francisco de Matos Rodrigues Leote -----

Em representação do **Partido Social Democrata**, os Senhores: -----

José Miguel Filipe Baptista, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Rui Vitor pires Bragança e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**, os Senhores: -----

Luís Filipe Dias Grácio, Marco Filipe Sá Geração e Carla Sofia Roma de Oliveira. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os Senhores: -----

António Silvino da Costa Ferreira, Telma Cristina Antunes Jorge e Marisa Sofia Cordeiro Parreira.-----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Tília dos Santos Nunes, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, José David da Silva Ribeiro e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

Não compareceu o representante do Centro Democrático Social, Mário Olímpio Clemente Ferreira. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo colocado à votação as atas. -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO TRÊS -----

A ata número três, realizada em vinte e nove de novembro de dois mil e treze, foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, dois votos do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de freguesia e uma abstenção do Bloco de Esquerda, por não estar presente na referida sessão. -----

Pedi a palavra **Luís Grácio**: “ Sobre esta ata duas observações: -----

Já enviei por e-mail uma correção de uma intervenção minha, há uma troca de siglas, a outra tem a ver com uma observação feita pelo senhor Presidente da Câmara, relativamente ao número de alunos que fazem parte do nosso conjunto de escolas e que eu por questões de dislexia, troquei dois algarismos e cometi um erro do qual me penitencio e espero que não volte a acontecer.” -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO QUATRO -----

A ata número quatro, realizada em vinte de dezembro de dois mil e treze, foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, quatro votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e uma abstenção, do Partido Social Democrata, por não se encontrar presente na referida sessão. -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “ Pretendia colocar à consideração desta assembleia, mais dois pontos na ordem dos trabalhos que surgiram entretanto. -----

Um desses pontos, ainda foi remetido aos senhores deputados na passada quarta-feira, que tem a ver com a questão dos compromissos plurianuais, como não há objeções, será tratado como ponto número um da ordem dos trabalhos. -----

O segundo ponto da ordem dos trabalhos que coloco à vossa consideração para poder ser incluído, é um ponto que hoje foi visto por nós e tem a ver com um lapso da assembleia municipal. Este assunto já nos foi remetido há algum tempo e foi ficando entre os e-mails e hoje quando estávamos a preparar tudo é descobrimos esta situação, tanto que nem foi apreciado na reunião da comissão permanente. -----

Como alguns dos senhores deputados talvez não fossem a tempo de ir ao e-mail e ter conhecimento desta matéria, pedi aos serviços para fotocopiar e colocar a todos os membros e que tem a ver com as despesas de representação dos dirigentes. -----

Como não há objeção, este assunto passa a número dois da ordem dos trabalhos. --

Foi concedida a palavra ao senhor **Mário Balsa**, que apresentou a seguinte moção: -----

MOCÃO -----

Pela dignidade das comemorações dos 40 anos do 25 de abril e pelo respeito à memória dos seus heróis -----

Celebramos este ano os 40 anos do 25 de abril de 1974, uma data histórica e incontornável. Uma data que se confunde com liberdade, com igualdade e com fraternidade, mas também uma data de grande responsabilidade para todas as instituições políticas portuguesas. -----

Com a queda do regime vigente à data, os portugueses disseram presente à vida política. Envolveram-se ativamente e de livre vontade na vida da comunidade. Potenciaram a transformação do país, de uma sociedade subdesenvolvida e pobre, para enfrentar a entrada no século XXI de cabeça erguida e junto dos países mais ricos e desenvolvidos do mundo. -----

O povo português conseguiu em 40 anos aquilo que os outros povos demoraram séculos a conseguir. -----

É por isso que o estado tem uma responsabilidade acrescida, a responsabilidade de acarinhar e proteger aqueles que lutaram ao longo das últimas quatro décadas para cumprir os desígnios de abril, para cumprir os seus três Ds (descolonizar, democratizar e desenvolver). -----

Em relação à descolonização, esta encontra-se totalmente cumprida, sendo um desígnio acabado. -----

No que respeita à democratização, está substancialmente consolidada, carecendo, no entanto de aprofundamento, de maior representatividade e proximidade entre os representantes e os representados, aumentando o envolvimento popular e consequentemente a força das decisões. -----

Mas se em relação aos dois Ds anteriores o caminho foi percorrido de forma positiva. Em relação ao desenvolvimento, o percurso apresentou muitas dificuldades e os cidadãos portugueses vivem hoje dias de agonia. É urgente valorizar as pessoas e criar condições para o crescimento económico. Os portugueses não podem continuar a olhar para o futuro sem uma réstia de esperança, é prioritário reduzir o desemprego e retirar da pobreza milhões de cidadãos que não têm os meios necessários para a sua subsistência. -----

Por tudo isto, a bancada do Partido Socialista com assento na Assembleia Municipal do Entroncamento, faz um apelo à Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente, que se organizem umas celebrações do 25 de abril condignas, verdadeiramente públicas sem a solicitação de patrocínios, mas com o contributo de todos, e que não esqueçam aqueles que desde a primeira hora, até aos dias de hoje têm lutado abnegadamente por um Portugal melhor e por uma vida melhor para os portugueses. -----

A ser aprovada esta Moção, a mesma deverá ser remetida à Câmara Municipal, como recomendação, para conhecimento. -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “ Não sei se fará assim tanto sentido, começarmos a banalizar o PAOD com moções deste género. -----

Acho que o 25 de abril deve ser comemorado, tal como é uma opção própria minha que acho que o 25 de novembro também deve ser comemorado. -----

É um período que nós temos para falar das coisas mesmo muito importantes da nossa autarquia, uma moção para nós recomendarmos ao executivo para fazer comemorações do 25 de abril, parece-me um bocadinho pouco, tudo bem, é a opção do Partido Socialista e portanto, contará com a aprovação do Partido Social Democrata.” ---

Proseguiu **António Ferreira**: “ Na generalidade estamos de acordo com a moção, embora haja aqui um aspeto que me deixou preocupado e que tem a ver com os últimos parágrafos, o convite a quem? -----

Nós fomos daqueles que mantivemos sempre uma tradição em termos de comemoração do 25 de abril, que haja uma sessão solene, haja ações desportivas, ações culturais e deixar também uma certa liberdade que em termos ideológicos e em termos de convicções próprias, alguns possam festejar o 25 de abril, outros possam festejar o 25 de novembro e outros possam festejar aquilo que ainda não foi feito. -----

Já agora, voltar a devolver a atuação da Filarmónica ou dos Bombeiros no início das comemorações com o hastear da bandeira é uma iniciativa que também fica bem. ---

Em relação aos considerandos, queria dizer que a questão do não desenvolvimento da economia tem ligação muito grande com a questão do não desenvolvimento da democracia. -----

Durante Sócrates nós dizíamos que havia um milhão e oitocentos mil pobres e neste momento temos três milhões de pobres. -----

Para além desta questão, temos uma indústria de caridade que muitos dos agentes, que se dizem muito democráticos, investem nesta forma que não dá dignidade nenhuma às pessoas e que só rebaixam o ser humano.” -----

Continuou Luís Grácio: “ Esta moção do Partido Socialista enquadra-se inclusivamente numa proposta que o nosso vereador apresentou ao executivo num sentido por esta data redonda dos 40 anos do 25 de abril se promoverem umas comemorações dignas da data, da lembrança e do futuro. -----

Vamos votar a favor desta moção recomendação na expectativa de que se faça um programa condigno, um programa que envolva o que tem até hoje sido a prática, que é a sessão solene, atividades desportivas e nomeadamente as culturais que nos últimos anos tem vindo a perder o impacto que ele merece. -----

O 25 de abril tem uma importância muito grande para o povo português, para as pessoas que o viveram, para os vindouros, porque essa memória de liberdade, possibilidade de novos mundos deve estar sempre presente nos mais velhos e nos mais novos.” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo Partido Socialista foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Pediu a palavra **Fernanda Alves** que apresentou a seguinte moção: -----

MOÇÃO -----

Perspetiva de falta de investimento no Concelho do Entroncamento no âmbito do Quadro Estratégico Comum -----

O atual Quadro Estratégico Comum (QEC) traduz os objetivos da Estratégia 2020 em prioridades de investimento e em sequência, o Acordo de Parceria entre Estados Membros e Comunidade Europeia inclui objetivos e metas a atingir, de acordo com as determinações estratégicas delineadas. Neste contexto foi criado um grupo de trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (gtIEVA) para definição e recomendação de um conjunto de projetos prioritários de investimentos, como forma de potenciar pela competitividade da economia nacional. -----

Por outro lado foi, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, investida pelo Governo, para elaborar o Plano de Ação Regional (PAR), como garante de uma resposta estratégica de utilização eficiente de recursos. Trata-se de uma Estratégia Regional coletiva, elaborada de forma coerente e de acordo com as prioridades nacionais assumidas para 2014-2020, no sentido de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. No documento refere-se a existência de lacunas ao nível das redes de transportes, entre outras assimetrias regionais, que remetem para a necessidade imperativa de um reforço dos modos ferroviários de transporte de mercadorias. -----

De facto, a priorização de projetos e investimentos no sector Ferroviário traduz-se no relatório final emitido pelo gtIEVA, pela conclusão da modernização da linha do Norte e do Corredor Aveiro/ Vilar Formoso.-----

Embora considerando a importância da prioridade do investimento previsto em infraestruturas na ferrovia, é com bastante **preocupação e mágoa** que verificamos a não inclusão da zona centro do país e em particular o Entroncamento, nas propostas apresentadas. -----

A cidade ferroviária vê-se, uma vez mais, remetida ao esquecimento por parte das entidades competentes no respeitante ao merecido reconhecimento e necessidade premente **da modernização/remodelação da estação de comboios, espaço envolvente e linhas ferroviárias**. A importância desta infraestrutura no desenvolvimento regional e nacional, merece e requer, em nosso entender, condições de segurança, conforto e funcionalidade, atualmente não existentes. -----

Neste contexto e considerando que o **Entroncamento:** -----

- é o maior complexo ferroviário em Portugal;-----

-
- é a principal placa de rede ferroviária nacional no respeitante à concentração e distribuição de cargas; -----
 - se encontra no alinhamento dos principais eixos ferroviários nacionais e internacionais; -----
 - tem instalado na sua zona periférica um porto seco de contentores (MSC) com ligações rodoviárias ao porto marítimo de Sines; -----
 - tem uma zona logística perto do nó rodoviário da A1/A23; -----
 - se prevê evoluir, em termos de movimento de mercadorias e pessoas, na sequência da sua localização geográfica; -----

O **Partido Socialista** mostra a sua **indignação** perante a não consideração de investimentos vitais para a região, não estando o espaço ferroviário entroncamentense, contemplado nas prioridades de projetos e investimentos no âmbito do QEC. -----
Nesse sentido, o grupo municipal do Partido Socialista nesta Assembleia exorta o Governo e demais entidades envolvidas, para uma necessária e especial atenção relativamente aos projetos estruturantes e que visam aumentar a competitividade do concelho do Entroncamento e região centro, nomeadamente a segurança de pessoas e mercadorias e por forma a gerar valor acrescentado de modo responsável.-----
Atendendo aos considerandos expostos, propomos à Assembleia Municipal reunida na sua sessão de dia 28 de Fevereiro de 2014, que delibere: -----

- 1) Solicitar ao Grupo de Trabalho IEVA a reformulação das prioridades encontradas no âmbito do investimento na ferrovia nacional e **imprescindível** inserção da remodelação da estação ferroviária do entroncamento e do espaço envolvente; -----
- 2) Solicitar ainda, a reformulação das prioridades no sentido de, no contexto da criação da “Porta Norte” da Grande Região de Lisboa, ser valorizada a centralidade logística, estruturada no eixo Entroncamento - Torres Novas - Alcanena, enquanto plataforma empresarial e logística suportada nos eixos rodoviários A1 e A23 e no eixo Ferroviário do Entroncamento incluindo a ligação deste eixo empresarial e logístico à A23 e IC3; -----
- 3) Apelar aos deputados de todos os Grupos Parlamentares que defendam em sede própria a intervenção solicitada; -----
- 4) Depois de aprovada, enviar cópia desta Moção aos vários Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, ao Governo, à CIMT e à Comunicação Social. -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Estamos de acordo com o conteúdo restritivo desta moção. -----

De facto o que vai ser novamente dirigido e orientado para o eixo litoral, com o abandono do interior e com as consequências que daí advêm. -----

Na questão dos transportes é notório o investimento no transporte de mercadorias que é aquele que está em primeira linha para a privatização. -----

A grande orientação dos dinheiros comunitários, mais uma vez e desta vez ainda para pior, é a orientação em termos de privados e esquecesse que as câmaras municipais têm uma taxa muito elevada de utilização dos fundos e têm uma repercussão muito grande sobre o tecido económico local, isso é esquecido. -----

Por outro lado, continuo a preocupar-me com a questão da dimensão regional, nós estamos a levantar uma questão que diz respeito ao Entroncamento, mas esquecemo-nos do resto, esquecemo-nos que o Entroncamento tem que ser visto como uma zona multimodal, uma zona de ligação aos outros eixos de transportes. -----

Preocupa-me a questão das prioridades, sei que isto está a ser discutido em câmaras municipais e assembleias municipais e vejo com alguma preocupação a ideia de tornar o aeródromo de Tancos apto para a utilização, porque têm-se o aeroporto apto para a utilização de transporte de mercadorias e passageiros, mas depois esquecesse que não há uma ponte em condições para ligar o norte do distrito ao sul do distrito, não há pontes necessárias para ultrapassar uma barreira que é o Tejo. -----

Essas questões só se conseguem resolver mediante um desenvolvimento assente numa regionalização e assente na utilização racional dos meios e esta que está aqui, é mais uma vez a não racionalidade na utilização de meios.” -----

Interveio **Luís Grácio**: “ Esta moção é oportuna porque de facto está numa fase de discussão deste Quadro estratégico Comum, já há pouco tempo também o Entroncamento online fez uma referência a estas matérias, incluindo inclusivamente a participação do Entroncamento, mas pelo que nos é dado a conhecer, a Câmara Municipal do Entroncamento em certa medida, ou pelo menos a cidade do Entroncamento, está um pouco arredada da estratégica estabelecida. -----

De facto, a nossa posição estratégica do ponto de vista da relação entre o litoral e o interior, já há bastante tempo que devia ter sido explorada. -----

É feito referência à empresa MSC, mas nós temos também o Terminal Vale do Tejo, que inclusivamente chegou a ter um posto alfandegário e que neste momento está encerrado, fazia parte da ligação a Peniche e por razões que nós desconhecemos, do ponto de vista alfandegário fechou. Tinha um potencial bastante grande, estava incluído numa zona de atividade económica privilegiada de 220 mil hectares na zona centro, tem ligação direta à linha do Norte, tinha ligação de proximidade com A23 e de facto, a posição estratégica do Entroncamento do ponto de vista ferroviário e rodoviário devia ter sido mais explorado e desenvolvido. -----

Acho que é oportuno estas observações, são oportunidades que não se podem perder, o Entroncamento teve importância significativa na área da ferrovia, na formação, a FERNAVE como toa a gente sabe, no ponto de vista de formação de técnicos e operários para a CP deixou de ter praticamente essa função, tinha instalações excelentes, chegou a ter inclusivamente uma unidade de ensino superior ligada à área das tecnologias da mecatrónica que acabou por encerrar e tudo são um conjunto de projetos que podiam ter viabilidade e seriam de futuro, que acabaram por ser abandonados. -----

É importante que os autarcas do Entroncamento pugnam pela sua cidade e que façam valer a sua voz.” -----

Continuou **José Baptista**: “ Uma primeira nota para realçar a pertinência da moção. -----

Este é sem dúvida alguma e já aqui foi dito pelas anteriores bancadas, o momento oportuno para discutir este assunto porque é agora que ele está em discussão pública e como todos sabemos, há um documento base estratégico e orientador a nível nacional com as grandes opções das Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado. ----

Parece-me essencial, que o Entroncamento, com estas pretensões que estão nesta moção, as faça chegar aonde é devido. -----

Acho que era aqui um momento muito interessante de nós ponderarmos isto nesta assembleia e acho que o Partido Socialista deve estar absolutamente aberto a isso, que é em conjunto elaborarmos um projeto a sério, credível, uma coisa estruturada de principio ao fim, em que explica a pertinência desta pretensão, a preocupação dela ser incluída neste grande plano para que nós próprios como assembleia municipal e câmara municipal que creio que a câmara também se associará a este contributo, é de todo o interesse de todo o concelho e da própria região, que o Município do Entroncamento

com os seus dois órgãos autárquicos, apresente uma proposta credível e assente em princípios fundados para que esta proposta seja levada avante. -----

Seria interessante que na próxima reunião da comissão permanente, levarmos já os contributos finais para essa proposta de acordo com aquilo que todas as bancadas entenderem, porque o *timing* também não deve ser muito de apresentação das propostas, fazemos essa proposta em colaboração com os dois órgãos autárquicos e enviarmos um trabalho final para avaliação neste grande quadro de Infraestruturas de Valor Acrescentado. “ -----

Mário Balsa referiu: “ Agrada-me a ideia do PSD concordar e de a achar pertinente, de sentir que efetivamente temos que fazer um forcing para que ela avance. –

Se ele já está em cima da mesa e temos os elementos da autarquia presentes, que podem trabalhar também sobre esta mesma proposta, porque não aprová-la já e remete-la e estar a protelar mais tempo esta questão. -----

Penso que estamos todos de acordo sobre a necessidade disto que foi discutido aqui hoje e de ser o mais rápido possível e darmos avanço a esta situação e penso também, que a câmara nos acompanhará nisto.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ Concordo com a proposta que veio da parte do PSD, só tenho a questão dos prazos, mas de qualquer forma, a CDU deixa aqui já expressa algumas ideias, que para além daquilo que está aqui e que nós concordamos, há mais três questões que são fundamentais. -----

Uma delas é não esquecermos a questão dos transportes, como está aqui referido, mas também os setores de manutenção ferroviária, que há de haver mais uma moção daqui a um bocadinho. -----

Também as ligações destes transportes ferroviários aos outros transportes, que são fundamentais para o desenvolvimento da nossa região. -----

Para além disso, é lutarmos para que as câmaras tenham maior posição na distribuição e na utilização destes fundos porque há áreas que não vêm aqui, quem não fez saneamento, quem não fez uma série de coisas não vai ter acesso a esses fundos” ----

Prosseguiu **Luís Grácio**: “ O Bloco de Esquerda também aceita a proposta como boa do PSD, no sentido de esta discussão ser mais alargada e aprofundada. -----

Há aqui uma proposta muito concreta que é o ponto 2, que fala na “Porta Norte” que é uma coisa que não foi discutida profundamente, é preciso analisar isso, temos algumas dúvidas sobre essa questão, até porque isto no fundo o que nos parece estar a reforçar é o eixo rodoviário em detrimento do eixo ferroviário.” -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ Aquilo que o senhor deputado Luís Grácio disse agora, é o ponto toque deste quadro comunitário, o eixo rodoviário em detrimento do eixo ferroviário. -----

Este quadro tem uma perspetiva absolutamente distinta dele, ou seja, promover o eixo ferroviário em detrimento do eixo rodoviário e portanto, se nós aqui nesta moção fazemos um pedido de investimento no eixo ferroviário, se o vamos estar depois a baralhar com o eixo ferroviário que tem muito menos verbas e não tem as mesmas condições para ser aprovado, não sei se os vai levar a bom porto. -----

Para nós conseguirmos ter mais força nesta proposta, não basta enviá-la assim para Lisboa e isto ir parar às mãos de alguém que vai ver com preocupação e mágoa, temos de dizer objetivamente o que é que é a preocupação e mágoa, é dizer que os cidadãos são estes, as condições são estas, o populacional é este, e porque é que aquilo tem de funcionar assim, o caminho tem que ser aquele, não é dizer que temos mágoa e preocupação. -----

Compreendo o intuito da moção e não estou nada em desprimo do que está aqui, mas para isto ser devidamente atendido, temos que levar isto com factos atendíveis, e por isso proponho que na próxima reunião da permanente decidimos sobre este tema, remetemo-lo ao executivo, o executivo elabora a proposta final e o próprio Presidente da Câmara e o próprio Presidente da Assembleia, enviam os dois a proposta final do município do Entroncamento.” -----

Interveio **Mário Balsa**: “ O único receio no meio desta questão é perdermos os *timings* para que ela seja enviada e para que, com este protelar que se está a preparar aqui hoje, no fundo com uma proposta muito bonita, chegue lá já com o quadro completamente fechado. -----

Acho que até a podemos fortalecer à posterior, acho que esta proposta deve ser aprovada, deve ser enviada e depois até a poderemos construir, mas devemos marcar já a posição.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ A necessidade urgente de intervenção no troço entre Santarém e Entroncamento não vem aí e esta questão não a podemos esquecer. ----

Há prioridade sim para aquilo que é para privatizar.” -----

Não havendo mais intervenções, passou-se à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo Partido Socialista, foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ Foi proposta a esta assembleia que o Partido Socialista fizesse um documento abrangente para o enviar em nome do município com todos os contributos finais, sem palavras de lamúria, uma coisa séria e eficaz e o Partido Socialista recusou. “ -----

Seguidamente, **Telma Jorge** apresentou a seguinte moção. -----

MOÇÃO -----

O transporte ferroviário e os ferroviários são importante património da cidade do Entroncamento e constituíram uma das bases importantes ao desenvolvimento deste concelho.-----

No núcleo do ferroviário, assume papel importante a EMEF, empresa essencial e determinante para um transporte ferroviário seguro, fiável e de qualidade, que os cidadãos e o País precisam. -----

É com preocupação que se verifica um desinvestimento nesta empresa, que põe em risco a segurança e qualidade do transporte ferroviário. -----

Esta situação deve-se ao facto de a pretexto da crise, passarem a ser considerados como investimentos as manutenções e revisões necessárias à garantia de um transporte ferroviário seguro. -----

Por outro lado, assiste-se à alienação de parte importante das tecnologias mais evoluídas, através da formação de outras empresas, que em vez de servirem para a aquisição de “*Saber Fazer*”, tem o efeito contrário, com prejuízos para o País. -----

O sector ferroviário público está neste momento deficitário de material circulante moderno, o que contribui para a degradação do serviço público, não havendo em Portugal qualquer unidade de produção que dê resposta a esta necessidade. -----

Portugal, para sair da crise, precisa de desenvolver a produção nacional e, qualquer projeto na defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses, tem que encarar a necessidade de repor essa valência da produção de material circulante de qualidade. -----

A EMEF tem todas as possibilidades de ocupar esse espaço, se houver vontade política, não deixando que grandes grupos económicos e financeiros, com o apoio do governo comprem essas posições de mercado e encerrem as empresas. -----

A EMEF tem todas as condições para manter e elevar os seus padrões de qualidade na área da reparação do material circulante e assumir uma importante valência na área da construção e, com isso, dar um importante contributo para o desenvolvimento da produção nacional e para a criação de emprego, medida que, certamente teria também um forte impacto positivo na economia do concelho do Entroncamento. -----

É este conjunto de preocupações, associado ao contínuo ataque aos direitos e salários dos trabalhadores, que motiva a realização de um plenário/concentração nacional, no próximo dia 11 de março na cidade do Entroncamento, cidade da sede social da empresa. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida no dia 28 de fevereiro de 2014, decide: -----

Reclamar do governo medidas concretas para que a EMEF assegure, no imediato, todas as suas valências na área da manutenção e conservação do material circulante, com o aproveitamento integrado dos seus meios técnicos e humanos e que seja dotada dos meios financeiros para assegurar o seu papel na defesa da qualidade, segurança e fiabilidade do transporte ferroviário; -----

Reclamar do governo que invista na EMEF de modo a que esta empresa alargue a sua valência de produção de material circulante e assim responda às necessidades do País e contribua para o desenvolvimento da produção nacional e para a criação de mais emprego em Portugal. -----

Manifestam o apoio e solidariedade aos trabalhadores da EMEF e reformados ferroviários de todo o país, que no próximo dia 11 de Março se deslocam a esta cidade, motivados pela exigência da sua dignidade enquanto trabalhadores e cidadãos, mas acima de tudo em defesa desta empresa, pelo seu desenvolvimento e modernização ao serviço dos reais interesses do País e dos portugueses.-----

Pediu a palavra **Luís Grácio**: “ Esta moção é oportuna por várias razões. -----

Primeiro porque de facto a EMEF tem um significado muito importante para o Entroncamento, pelo número de trabalhadores que tem, pelas qualificações tecnológicas que desenvolve e neste momento, é a única porta que há na metalomecânica pesada, a Sorefame desapareceu, a Lisnave desapareceu, os Estaleiros de Viana do Castelo desapareceram e a EMEF vai desaparecer pelos vistos, mas que o caminho é um caminho de destruição de todo o sector produtivo na área ferroviária. -----

Ainda aqui no Ribatejo há dois ou três anos, no Cartaxo, a Metal Grupo que fez uma série de estádios, e tinha centenas de trabalhadores, desapareceu. -----

É um sector em que Portugal tinha uma mais-valia significativa, tinha competências e que tem vindo paulatinamente a perder. -----

Hoje estamos a formar engenheiros mecânicos para a emigração, porque em Portugal não vão ter colocação. -----

Esta é uma situação grave e é de justiça que os autarcas do Entroncamento se pronunciem sobre o que se está a passar, nomeadamente em relação à EMEF. “ -----

Interveio **José Baptista**: “ A EMEF é reconhecida nacionalmente pela empresa que hoje trabalha nesta área. -----

Já foi aqui reconhecido, não é nenhum partido que o reconhece, nem deixa de reconhecer, é a realidade, a EMEF é a empresa aonde as carruagens que circulam de norte a sul do país, foram requalificadas há pouco tempo. -----

Há problemas sérios que têm de ser resolvidos da própria sustentabilidade, se é porque retiraram o trabalho às empresas, se é porque houve outros problemas mais graves ao longo dos vários anos que foram acontecendo nestas empresas e na EMEF em específico, não nos cabe a nós averiguar, mas a verdade é que, muitos dos trabalhadores são da nossa cidade, não é por causa disso que aprovamos ou deixamos de aprovar a moção, é porque ela é uma empresa importante estratégica, não fazia qualquer sentido não apoiarmos esta moção.” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. –

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “ Temos da parte da CDU e da parte do BE, cada uma apresenta uma recomendação cujo conteúdo embora apresentado de forma diferente, mas que se refere à questão das 35 horas e à Lei 68/2013. -----

Colocou à consideração dos subscritores das duas recomendações, se não poderíamos juntar e votar as duas recomendações como uma única recomendação, ou se pretendem que cada uma seja votada por si.” -----

Pediu a palavra **Telma Jorge**: “ Da nossa parte não vemos nenhum inconveniente, de qualquer das maneiras, achamos que a nossa recomendação acaba por ser mais abrangente e gostaríamos que ela fosse lida.” -----

Luís Grácio referiu que não tinham nada a obstar. -----

De seguida Telma Jorge procedeu à leitura da recomendação apresentada pela Coligação Democrática Unitária: -----

RECOMENDAÇÃO -----

A Lei nº 68/2013, de 29 de agosto, veio determinar a aplicação aos trabalhadores em funções públicas do período normal de trabalho de 8 horas diárias e 40 horas semanais, alterando o regime até aqui em vigor de 7 horas diárias e 35 semanais. -----

Envolto em complexidades e dificuldades naturais, decorrentes da própria dimensão das alterações que a sua entrada em vigor acarretaria – tanto na organização dos tempos de trabalho dos trabalhadores como na própria necessidade de reorganização (em muitos casos profunda) da vida de milhares de trabalhadores em todo o país – o novo regime acabou, fruto dessas e de outras limitações, por não conhecer aplicação em mais de 60% dos Municípios e na larga maioria das freguesias do País. -----

O Tribunal Constitucional (TC) decidiu não declarar a inconstitucionalidade das normas constantes do artigo 2º da Lei 68/2013 de 29 de agosto, entendeu ainda (e nisso fez mesmo assentar, em boa medida, a não declaração de inconstitucionalidade antes referida) manterem-se sujeitas ao campo de

aplicação do nº1 do artigo 4º do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, entre outras, as matérias relativas à duração do período normal diário e semanal de trabalho, as quais podem, portanto, ser afastadas por instrumento de negociação coletiva quando esta estabeleça condições mais favoráveis.-----

Esta conclusão não pode, aliás, deixar de revelar-se enquanto consequência natural tanto dos princípios constitucionais da autonomia do poder local, vertido nos artigos 6º/1, 237º e 242º da Constituição da República Portuguesa (CRP), e da liberdade contratual, constante do artigo 405º do Código Civil, como da posição privilegiada que, ainda de acordo com os mesmos princípios, é reconhecida à administração local na conformação e organização dos seus interesses e recursos. Até porque a solução negocialmente construída é, sem qualquer subterfúgio, aquela que melhor serve os interesses da autarquia, dos seus trabalhadores e das populações que àquela conferem substrato, não decorrendo da sua adoção, bem pelo contrário, qualquer prejuízo ao serviço público.-----

É também perante esta realidade que a extensão do período normal de 7 horas diárias e 35 horas semanais a todos os trabalhadores da autarquia, independentemente da sua filiação sindical, se tem afigurado como a solução mais acertada. Por precaver os modelos e necessidades do trabalho em equipa, por salvaguardar necessidades de uniformização – por exemplo de turnos – e por, no essencial, integrar-se na garantia de um núcleo mínimo de regras de aplicação direta e imediata a todos os trabalhadores de uma mesma unidade (neste caso a Autarquia), esta extensão é, para já, a melhor e mais justa opção. Opção que, de quanto se conhece, será, a breve trecho, expressamente integrada na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas atualmente em fase de conclusão. -----

Neste sentido, tendo em conta o quanto fica dito, a CDU recomenda ao Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo que nos termos da alínea k) do nº1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro com fundamento no art. 130º do Regime do Contrato de Trabalho em funções

públicas e da Lei 68/13 de 29 de agosto, na interpretação do Tribunal Constitucional expressa no Acórdão 794/2013: -----

- a. Celebrar ACEEP entre este Município e os Sindicatos repondo o período normal de trabalho de 7 horas diárias e 35 horas semanais aos trabalhadores do Município de Entroncamento; -----
- b. Alargar a produção de efeitos dos ACEEP outorgados a todos os trabalhadores da autarquia, independentemente da sua filiação sindical;
- c. Proceder à publicitação da deliberação nos termos do artigo 56º da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----
- d. Não utilizar estas negociações para impor quaisquer outras exigências ou pressões como tem acontecido noutras câmaras: “banco de horas”, não remuneração de horas de piquete, mobilidade, inadaptabilidade, e outras, aceites por alguns sindicatos com ou sem expressão e representatividade nos trabalhadores. -----

Luís Grácio, procedeu à leitura da recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda: -----

RECOMENDAÇÃO -----

A Lei nº 68/2013, de 29 de Agosto determinou o alargamento do horário semanal de trabalho dos funcionários públicos das 35 horas para as 40 horas, com a passagem de 7 para 8 horas diárias de trabalho. -----

Trata-se de um retrocesso social que visou, unicamente, embaratecer o custo do trabalho prestado. Para além das óbvias consequências negativas nos rendimentos dos trabalhadores sempre os mais castigados prejudica a vida social e familiar de milhares de pessoas. Tudo sem que os serviços tenham ganhos significativos e com prejuízo da criação de novos postos de trabalho. -----

A lei admite, no entanto, o estabelecimento de acordos mais favoráveis. No caso das autarquias, a autonomia do poder local permite o estabelecimento de Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública (ACEEP) que reponham o horário anterior, das 35 horas. -----

Naturalmente, os trabalhadores do nosso município cuja competência e dedicação é genericamente reconhecida têm a legítima expectativa de que tal venha a ocorrer. -----

Daí que a negociação de um ACEEP, por parte da Câmara Municipal, deva partir da aceitação das 35 horas semanais de trabalho, única forma de materializar o efetivo reconhecimento da justiça da pretensão dos nossos trabalhadores. -----

Tratar-se-á do reconhecimento por uma conquista social, de resto já acordada com os sindicatos, por dezenas de municípios em todo o país e por centenas de autarquias. -----

Daí a Assembleia Municipal do Entroncamento recomendar à Câmara Municipal que reponha as 35 horas semanais de trabalho para todos os funcionários do município, sem mais condições e no quadro do Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública

(ACEEP), a firmar com o sindicato mais representativo dos trabalhadores do município, o STAL. -----

Pediu a palavra **Mário Balsa**: “ Genericamente a bancada do Partido Socialista concorda com as recomendações.-----

No entanto, temos que nos lembrar uma questão bastante importante, aquilo que se passa neste momento e embora se concorde genericamente com estas recomendações, advém de uma alteração legal e qualquer entidade pública, no nosso entendimento, deve cumprir a lei e depois procurar dar uma solução tal e qual como as moções aqui o afirmam. -----

Tendo em conta aquilo que são as especificidades legais e aquilo que a lei nos permite, trabalhar para procurar atingir os objetivos a que estas recomendações se propõe, nesse sentido, obviamente estamos completamente de acordo com aquilo que é aqui apresentado e estamos também seguros que a autarquia enveredará todos os esforços, para que os funcionários que têm o seu valor reconhecido, como é aqui afirmado, não saiam prejudicados desta situação.” -----

Interveio **José Baptista**: “ Em atenção às duas propostas de recomendação, fazer aqui a seguinte ressalva: -----

Parece-me que na última reunião do executivo tenha sido acordado em sede de vereação, creio que a senhora vereadora Tília e o senhor vereador David Ribeiro, enveredarem esforços no sentido de tratarem desta matéria, já houve alguma alteração para darem à assembleia? -----

Esta autarquia tem em vigor neste momento um regime horário de 40 horas semanais, que as tinha em setembro de 2013, passou a 35 horas semanais e agora retomou as 40 horas semanais e portanto, percebo que é preciso o próprio executivo perceber, que com os funcionários que tem, com as novas orientações legislativas que existem, a possibilidade ou não de adaptar os horários, parece-me absolutamente razoável. -----

Também achar razoável aquilo que o executivo fez na semana passada, que foi encarregar dois vereadores de tratarem desta matéria. -----

Parece-me que é relevante, não digo que a matéria seja de relevante interesse, porque é, principalmente para os funcionários, que trabalham mais uma hora por dia ou não, agora, parece-me relevante saber o que é que a câmara pensa fazer nesta matéria, até porque acabei de ouvir o Partido Socialista e não percebi, para perceber também porque me custa perceber algumas coisas que estão escritas nestas duas recomendações, compreendo-as, sei porque é que são, mas uma destas recomendações é da Coligação Democrática Unitária e o senhor vereador da Coligação Democrática Unitária, está neste grupo de trabalho envolvido nesta matéria, creio que provavelmente a pugnar por esta situação. -----

Gostava que a câmara nos informasse o que é que está a fazer, para que esta própria recomendação da assembleia vá no sentido correto, não vá bater na trave quando a câmara se calhar já decidiu isto e já não valha a pena.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Assembleia**: “ Nenhuma aprovação ou não destas recomendações possam ser feitas à câmara vai colidir com algo que esteja a ser feito no seio do executivo e portanto, não inviabiliza. -----

Percebemos qual é o seu conteúdo, se está a ser trabalho ou não, estas recomendações só vêm reforçar e dar mais força a algum trabalho que está a ser feito, é esta a leitura que faço.” -----

Não havendo mais intervenções, colocou-se à votação as recomendações. -----

VOTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES -----

As recomendações apresentadas pela Coligação Democrática Unitária e pelo Bloco de Esquerda, foram aprovadas por maioria com dezassete votos a favor sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, e cinco abstenções do Partido Social Democrata. -----

José Baptista apresentou a seguinte declaração de voto: “ Para dizer que esta votação teve o sentido de voto da abstenção que teve, porque nós não sabemos se estas duas propostas de recomendação tem qualquer tipo de efeito ou não, porque não sabemos se a negociação em sede de executivo já está feita ou não. -----

Portanto, estar a votar uma coisa que nós não sabemos se já está decidido ou não, o efeito é muito básico.” -----

Pediu a palavra **Luís Grácio**: “ De facto esta questão colocada pelo PSD tem razão de ser e deve ser discutida. -----

Tem razão de ser do ponto de vista do PSD, diga-se em bom da verdade, porque do ponto de vista substantivo, uma recomendação é dar uma orientação ao executivo e não me parece que ela vá chocar com qualquer processo negocial.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ A lei diz que as assembleias municipais podem fazer recomendações ao executivo e portanto, estamos dentro dessa possibilidade que temos.” -----

Seguidamente **Carla Roma** leu a proposta de saudação apresentada pelo Bloco de Esquerda. -----

PROPOSTA DE SAUDAÇÃO -----

Às Mulheres e ao 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. -----

Em vésperas do dia 8 de Março, a Assembleia Municipal do Entroncamento saúda este dia, consagrado pela ONU desde 1975 como Dia Internacional da Mulher. -----

Continua a fazer sentido este dia, para lembrar a justeza e a pertinência da luta das mulheres pela igualdade, enquanto persistir todo e qualquer sinal de discriminação e de atropelo aos direitos, tratando de modo desigual uma parte da humanidade, em função do seu sexo. -----

No ano em que comemoramos 40 anos do 25 de Abril, altura a partir da qual as mulheres portuguesas puderam comemorar o 8 de Março em liberdade, evocamos as conquistas e avanços que se fizeram ao longo do último século, recordando-nos as memórias de lutas tão difíceis e prolongadas. -----

Mas temos também presentes os atrasos e barreiras incompreensíveis que persistem e que nos levam aqui a lembrar a violência de género e a sua forma extrema, o femicídio, as discriminações no trabalho, a precariedade, o trabalho sem direitos, as diferenças salariais em função do sexo, a dificuldade em atingir a paridade baseada na menorização e na maternidade. Persiste o sexismo na linguagem, nos media, no dia-a-dia, as mudanças no rumo da vida resultantes do desemprego, tantas vezes provocando uma amputação nas aspirações e nos projetos de vida e talentos que são truncados. -----

A austeridade intensa e permanente a que a troika e os partidos do governo vêm sujeitando o povo português, tem tido e continuará a ter efeitos perversos. Traduz-se em recuos de décadas na organização social e, em primeiro lugar, na vida das mulheres. Daí que a mobilização para a resistência e para a luta contra as medidas austeritárias do atual governo torne a comemoração do Dia Internacional da Mulher tão atual e tão importante. -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento assume o significado profundo do 8 de Março e a sua pertinência nos dias de hoje. Por isso saúda as mulheres que no nosso

concelho, no nosso país e em todo o mundo resistem e lutam por igualdade, liberdade, justiça, solidariedade, e paz. -----

Continuando no uso da palavra referiu: “ Quando para tantos hoje já não faz sentido falar da desigualdade no que toca aos direitos das mulheres e para tantos outros, talvez não faça também sentido trazer aqui este assunto ao PAOD, hoje dia vinte e oito de fevereiro dia Europeu da Igualdade Salarial e a dias de se assinalar o dia Nacional da Igualdade Salarial, dia seis de março, temos acesso aos números de um relatório apresentado pela Comissão Europeia que nos diz o seguinte: -----

Em 2012 os homens portugueses ganharam mais 15,7% que as mulheres, o que equivale a dizer que em Portugal as mulheres têm que trabalhar mais sessenta e cinco dias para atingirem o mesmo rendimento que um homem. -----

Por esta razão e por todas as razões que elencamos nesta proposta que aqui trazemos, consideramos que faz todo o sentido aprofundar a reflexão e a discussão sobre estas questões de desigualdade e assinalar com a importância que lhe é devida o dia oito de março e aquilo que ele representa” -----

Pedi a palavra **Rui Bragança**: “ A minha intervenção não está relacionada concretamente com esta proposta, mas com todas as que foram lidas. -----

Nós perdemos metade da sessão a ler os textos dos documentos apresentados e gostava de propor, se nas próximas sessões por uma questão de racionar o tempo, fosse possível apresentar um breve resumo quando as moções são entregues em devido tempo, para que as pessoas que estão no público possam de alguma forma ter aqui alguma informação.” -----

Intervio **Fernanda Alves**:” Relativamente à proposta de saudação a bancada do Partido Socialista não tem nada a apontar, é evidente que todos nós saudamos as mulheres e as dificuldades porque elas passam. -----

Gostaria no entanto de enfatizar uma questão que foi aqui levantada, porque se até aqui as mulheres são alvo de discriminação laboral com os baixos salários, mulheres com jornadas excessivas de trabalho, desvantagem na carreira profissional, questões de violência doméstica, hoje em dia e gostava de frisar relativamente ao que está nesta proposta de saudação, com todas as dificuldades que nos são impostas pela atualidade e pelas medidas que o governo e a troika nos impõem, ainda mais homens e mulheres, mas ainda mais as mulheres, se vêm obrigadas a trabalhar cada vez mais. -----

Em jeito de agradecimento, esta proposta de saudação é muito bem-vinda.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ Ainda agora falámos na questão dos três Ds do 25 de abril, este não está nos três Ds diretamente mas é um daqueles que foi mais importante. -----

Relembro aqui, que no tempo do ditador Salazar, a mulher para sair do País tinha que ter autorização no passaporte. -----

O funcionário público só podia casar com uma mulher, ou com um homem, com autorização do governo que tinha que autorizar essa situação. -----

Lembrar aqui também, que nos campos deste País morreram mulheres na defesa das 38 horas, na defesa de trabalho igual, salário igual. -----

Acrescento ainda mais, o exemplo de Maria Lamas, que era de Torres Novas e do papel que ela teve, que teve que emigrar e refugiar em França, porque não admitia que esta moral fosse imposta. -----

Lembro também aqui, que os indicadores das universidades hoje as mulheres têm um lugar importante nos resultados, mas depois em termos de cargos de chefia isso não é traduzido.” -----

Continuou **José Baptista**: “ Esta proposta que tem um tema muito sério, porque se nós pensarmos um bocadinho aquilo que é a história da sociedade, relembramo-nos quando houve guerras, quando houve a grande guerra foram as mulheres que tiveram que aguentar o sustento das famílias enquanto os homens estavam a combater. -----

O dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher, tem que ser encarado como a liberdade e tem que ser encarado como a igualdade de género. -----

Quando nós nos referimos à mulher como a vítima da sociedade e que para isso a sociedade vai arrançando mecanismos para a equiparar ao homem, estamos a inferiorizar a mulher, quando Portugal adotou uma celebre chamada lei das quotas, inferiorizou a mulher, porque obrigou qualquer lista que se fizesse, para qualquer órgão, incluir uma pessoa de sexo diferente entre cada três. -----

Aqui ninguém põe de parte a importância que é a celebração do dia da mulher. –

Já me parece um bocadinho exaustivo relacionar a importância da celebração do dia da mulher, com a austeridade e a troika, então agora os homens não sofrem com a austeridade e com a troika também? -----

Até que ponto é que faz sentido, nós estarmos a discutir uma proposta de saudação ao Dia Internacional da Mulher, que faz todo o sentido, e enxertarmos aqui a troika no meio, por que é a troika a culpada de a mulher não estar a ser valorizada na sociedade. -----

Parece-me relevante a proposta de saudação, parece-me relevante todo o conteúdo, estar a meter aqui a troika no meio e dizer que a troika é o problema da resistência e que as mulheres têm que lutar e resistir.” -----

Respondeu **Fernanda Alves**: “ Era só para responder aquilo que foi dito agora pelo deputado do PSD. -----

Numa coisa tenho que concordar consigo, pena é que tenha que existir o Dia Internacional da Mulher e de facto é verdade. -----

Relativamente a esta questão sobre a troika, não vou dizer muito mais, mas que a mulher trabalha muito mais e os homens também para ganhar muito menos, também é verdade.” -----

Referiu **Luís Grácio**: “ De facto o que se verifica é que as mulheres são discriminadas na sociedade, sempre foram e continuam a ser, e a troika, contrariamente ao que poderá pensar o senhor José Baptista, está presente de facto em todo o lado e relativamente às mulheres é um fator de agravamento das suas condições. -----

Sobre as quotas, provavelmente se não houvesse a lei das quotas teríamos muito menos mulheres nesta assembleia. -----

A questão que se coloca, é que há momentos em que é preciso forçar para que a democracia seja imposta.” -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ Gostei muito de ouvir aqui esta questão “às vezes temos que forçar para a democracia ser imposta”, é a democracia musculada que de vez em quando é preciso.” -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE SAUDAÇÃO -----

A proposta de saudação apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e cinco abstenções do Partido Social Democrata. ---

Interveio **Fernanda Rolo**: “ Ao longo das últimas semanas têm sido relatadas diversas situações por todo o País sobre a existência nos estabelecimentos de ensino público de placas de fibrocimento usadas na construção das mesmas, e que apesar do

mal comprovado que pode provocar à saúde, não foram removidas na grande maioria dos casos. -----

O Entroncamento uma vez mais vê-se fora desta nefasta situação em virtude do exigente esforço de remodelação do parque escolar a cargo da autarquia nos últimos anos. -----

Uma visão de futuro com preocupação naqueles que são os verdadeiros problemas para os nossos cidadãos, levou a todo o parque escolar desde o pré-escolar até ao 3º ciclo e também a escola secundária foram atempadamente requalificados. -----

Assim, hoje podemos afirmar que a educação foi uma prioridade não para o embelezamento, mas para a verdadeira qualidade de vida que se exige.” -----

Prosseguiu **Luís Grácio**: “ Completaram-se quatro meses depois das últimas eleições autárquicas e desde a primeira hora que o Bloco de Esquerda tem norteado a sua ação por uma atitude de responsabilidade crítica construtiva, apresentado as suas propostas alternativas, face aos diferentes assuntos com que se afronta o poder autárquico sempre na defesa dos interesses dos nossos munícipes. -----

Esta tem sido, ao longo dos tempos a nossa forma de fazer política. -----

Há doze anos que o Bloco de Esquerda tem representantes nos diversos órgãos autárquicos do concelho e muitas das sugestões por nós apresentadas foram sempre consideradas como contributos positivos para a vida comunitária. -----

Congratulamo-nos por terem sido atendidas tantas das nossas propostas e consideramos isso como um reconhecimento do nosso contributo para o bem comum. –

Não nos falte a ligação ao povo e aos seus anseios e aspirações e decerto continuaremos a concorrer com o nosso empenho para melhorar o governo da “coisa pública.” -----

Bem sabemos que nem sempre a nossa ação independente tem sido apreciada positivamente por todos, nomeadamente aqueles que se sentem visados nas nossas críticas. Mas, na política como em todo na vida, não podemos agradar a todos ao mesmo tempo e, nestas coisas o principal é estarmos de bem com a nossa consciência. -----

Assim, recentemente ficamos a saber que, a independência política do Bloco de Esquerda não é do agrado de alguns, que vaticinam a nossa aniquilação. -----

Temos consciência de que quando criticamos os atropelos à pluralidade dos órgãos autárquicos por parte dos detentores da maioria, por estes se comportarem como donos e senhores das instituições, nos sujeitamos aos dislates da sua prepotência. -----

Também quando ignoram deliberadamente os direitos das minorias, consignados em leis da Assembleia da República, assim como as boas práticas e a ética política de que, tudo o que diga respeito à gestão da “Rês pública” deve ser do conhecimento e dever contar com a participação de todos os eleitos, pois se a todos diz respeito. Ficamos a saber que, não sendo portadores de um verdadeiro espírito autocritico, nos brindam com o ataque e a insinuação. -----

Bem poderiam, em alternativa optar por nos convencer da bondade das suas ações e, assim, ficaríamos a saber do interesse concelhio para que as reuniões do executivo sejam à terça-feira e não à segunda-feira por forma a permitir que todos os eleitos possam participar em plena disponibilidade dado existir quem no dia escolhido tenha outras responsabilidades. -----

Ou, da bondade de realizar reuniões com parceiros e entidades de relevo social, “sem passar cavaco a ninguém”, passe o plebeísmo, colocando os restantes elementos do executivo à margem. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal em vez de desenvolver um exercício de franco debate de ideias e práticas políticas, em que o aprofundamento

conceptual da prática democrática saísse reforçado, optou por aceitar o papel de porta-voz de queixumes e azedumes, que em nada se adequam às funções com que está investido, as quais apelam ao sentido e à prática da moderação, imparcialidade e independência. -----

Ora, o senhor Presidente contrariando as suas próprias palavras, proferidas na primeira reunião desta assembleia em 9 de outubro de 2013, possuído do espírito de autêntico Dom Quixote, lança-se num combate ferrenho espadeirando “a torto, e a direito” contra inimigos figadais quais moinhos imaginários. -----

Desconhecendo o que o futuro nos reservava, optou o Bloco de Esquerda na altura, pela abstenção da eleição da mesa da assembleia, não será pela atual faceta quixotesca do senhor Presidente que iremos deixar de manter-lhe o benefício da dúvida.” -----

Continuou **Mário Balsa**: “ Esta última questão, gostei da parte poética que o Bloco utilizou aqui. -----

Em relação à questão do fibrocimento, claro que é uma preocupação para todos nós e portanto alio-me a essa vossa preocupação, embora fique também perturbado com todos os outros problemas que existem ao nível de parque escolar, mesmo aqui no Entroncamento na forma como a sua renovação está a ser feita. -----

Em função disso, e aliando-me à sua intervenção, também gostaria mais uma vez que pudesse haver aqui alguma indicação como é que as questões em relação ao nosso parque escolar estão a ser tratadas.” -----

Referiu **José Baptista**: “ No seguimento desta intervenção, não percebi a má condução da renovação do parque escolar. -----

Duas questões, a primeira é da bancada do Partido Social Democrata, que vem aqui recomendar à assembleia que recomende ao executivo municipal, no seguimento daquilo que foram os compromissos eleitorais assumidos com os cidadãos, daquilo que é a legislação já em vigor, da alteração legislativa que houve, mas acima de tudo, da discussão que houve nesta assembleia e dos compromissos que todos nós apresentamos às eleições de setembro passado, que o executivo venha instituir o Conselho Municipal de Juventude na nossa autarquia. -----

Fomos dos primeiros concelhos do País a ter um Conselho Municipal de Juventude em funcionamento, que deixou de funcionar porque as associações que dele faziam parte, como aqui foi provado mais que uma vez, não iam às reuniões, hoje o leque de participantes no Conselho Municipal de Juventude é muito mais alargado e portanto, faz sentido fazer pelo menos esta experiência para saber como é que ele está a funcionar. -----

Há uns meses atrás, a Associação Nacional de Municípios recomendou ele devia manter-se inativo porque segundo os Presidentes de Câmara não ia de acordo aos princípios democráticos, a composição não era de acordo e principalmente porque tinha obrigações e possibilidade de interferir no orçamento municipal. -----

Neste momento com a alteração legislativa que foi feita e com o compromisso de todas as forças políticas que aqui se apresentaram a sufrágio, recomendo em nome do Partido Social Democrata à Câmara Municipal, que institua o Conselho Municipal de Juventude. -----

A outra questão é direcionada ao senhor Presidente da Câmara, não sei se quer que seja feita agora ou na informação do senhor Presidente? -----

O senhor **Presidente da Assembleia** respondeu que a questão fosse feita na informação do senhor Presidente da Câmara. -----

Marco Geração referiu: “ O presidente da empresa Estradas de Portugal, António Ramalho, anunciou muito recentemente que “em breve” irá apresentar a “proposta de introdução de novas portagens na A23”. -----

As novas portagens referem-se à introdução de pagamento nos troços agora não portajados, caso do troço Entroncamento-Torres Novas. -----

António Ramalho explicou estar a ser concluído um estudo técnico “para encontrar soluções operacionais que permitem flexibilidade no sistema de portagens”. Todos sabemos o que significa “flexibilizar” no léxico governamental: pagarmos, pagarmos mais, pagarmos sempre. -----

Recordemos que portagens na A23 foram introduzidas em dezembro de 2011. ---

Curiosamente, antes, em 2010, ainda no tempo do governo PS, o PSD --- que agora está no governo --- manifestara-se contra a introdução de portagens, pelo menos no troço Torres Novas-Abrantes, por (dizia) “não haver qualquer justificação técnica ou política.” -----

Na altura Vasco Cunha, presidente da distrital PSD, recordou aos microfones da TSF “que este troço não faz parte da concessão da A23 à empresa Scutvias, algo que deve continuar como está.” -----

Continuando a citar o dirigente do PSD, dizia ele que «Não sendo esta parte hoje em dia concessionada, seria da parte do Estado e, em particular do Governo, um exagero que pudesse ser estendida esta concessão e as pessoas que estão abrangidas por todo este troço pagar portagens» -----

Ao longo de anos, a Câmara e a Assembleia Municipal do Entroncamento, muitas vezes por iniciativa do Bloco de Esquerda, vêm-se pronunciando contra as portagens na A23. -----

A última tomada de posição da Câmara foi em julho do ano passado, há portanto menos de um ano.-----

Numa Moção aí aprovada por unanimidade o anterior executivo municipal insurgiu-se, muito em particular contra a ameaça de portajar o troço Entroncamento-Torres Novas. Uma ameaça que, como se vê, poderá estar em vias de concretização, a muito curto prazo. -----

A Câmara considerou as portagens uma “injustiça porque virá sobrecarregar muito do que já hoje sobrevivem com dificuldades, quer particulares, quer empresas.” Além de que “ a estrada Entroncamento-Torres Novas não está em condições de acolher o mais do que previsível acréscimo de tráfego”, pois já “tem o pavimento muito degradado nalgumas zonas.” -----

Por outro lado, vincava a Moção “portajar este troço será um absurdo”. “Entre Torres Novas e Entroncamento há uma grande complementaridade do ponto de vista económico”, exigindo “planeamento, partilha e cooperação, de todo incompatíveis com portagens para ir, de forma célere e gratuita do centro de uma ao centro da outra.” -----

Nestas circunstâncias --- que se mantêm inteiramente atuais --- continuamos a recusar totalmente a introdução de novas portagens na A23. De facto, deveriam era ser abolidas as que existem. -----

No momento em que a ameaça de novas portagens parece estar mais próxima do que nunca, a bancada do Bloco de Esquerda nesta Assembleia Municipal denuncia mais este ataque aos bolsos dos utentes da A23, a maioria dos quais se vê forçada a utilizar a autoestrada para ganhar honestamente a sua vida. -----

Para além de deixarmos aqui registado o nosso protesto, desde já declaramos a nossa inteira solidariedade com as ações de luta que os utentes da A23 resolvam desencadear, contra mais este roubo.” -----

Finda a leitura desta declaração, não posso deixar de me lembrar mais uma vez da moção que foi apresentada aqui pelo PS e que fala da perspectiva da falta de investimento do concelho do Entroncamento no âmbito do Quadro Estratégico Comum.

Aqui num dos pontos em que diz que realmente temos uma zona logística perto do nó rodoviário da A1 à A23, a implementação de mais portagens nesta via rodoviária vai fazer com que este Quadro Estratégico Comum, ainda seja mais desfavorável ao Entroncamento. -----

Seria interessante ter em conta e estarmos todos atentos a esta tentativa de introdução de portagens na A23 e acho que todos unanimemente deveremos fazer tudo o que seja necessário, lutar com todas as nossas forças para que não sejam impostas essas portagens entre Entroncamento e Torres Novas.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ Acho que já há mais alguém para pertencer à comissão de utentes da A23. O senhor deputado Marco Geração mostrou muita vontade em pertencer a essa comissão e vou-lhe fazer o convite formal para que pertença e para que desenvolvemos de facto uma grande ação, como já o fizemos no passado. -----

Infelizmente depois fomos traídos pela maior parte dos Presidentes de Câmara da nossa região, houve alguns que não boicotaram o trabalho da comissão e que se envolveram, como foi o caso de Sardoal, Mação, Constância, os outros presidentes chutaram todos para o lado quando se tratou de colocar uma portagem mais à frente ou mais atrás e foram eles os principais responsáveis pelo insucesso dessa iniciativa. -----

Pedi a palavra por duas razões, neste momento está em discussão na Assembleia da República numa fase bastante avançada, o projeto de lei que aprova a lei de bases da política pública dos solos e do ordenamento do território e de urbanismo, é muito preocupante o que aí vem, até hoje a base principal do ordenamento do território era os PDM's ou o planeamento a nível municipal. -----

O governo pretende que o planeamento central seja intermunicipal e seja enviado para os conselhos executivos das comunidades intermunicipais e o controle e a discussão pública local deixa de existir desta forma e nós devemo-nos envolver para que isto não passe disto, para além de outras questões que tem a ver com a utilização e uso dos solos e que nos vai afetar também a nossa revisão do PDM. -----

A outra questão é a privatização da EGF (Empresa Geral do Fomento), isto é o primeiro passo para a privatização da recolha de resíduos sólidos e das águas e nós devemos tomar posição também em defesa desse serviço público e na defesa daquilo que é desde o 25 de abril, uma área importante na gestão do município e da participação das pessoas na criação de riqueza em termos locais.” -----

Terminado o período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia, passou-se ao período de intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Pedi a palavra **Paulo Jorge Santos Bica**.” Venho aqui muito simplesmente para vos ler uma declaração política em nome da estrutura concelhia e subscrita por todos os elementos: -----

DECLARAÇÃO

A concelhia do CDS-PP quer deixar bem claro que reconhece a legitimidade de todos os deputados municipais democraticamente eleitos. Os deputados municipais, ao serem eleitos em listas partidárias, passam a ser os seus legítimos representantes, mas a sua legitimidade e autonomia, deve no entanto, respeitar as respetivas estruturas partidárias e sobretudo os eleitores que os elegeram. -----

Ao integrar incondicionalmente as suas listas, os deputados municipais não têm legitimidade moral para ter uma atuação e tomar posições a seu bel-prazer. Assim, a

bem da transparência e da ética na política, a concelhia do CDS-PP do Entroncamento tem a anunciar que retirou a confiança política ao deputado municipal Mário Ferreira, eleito nas suas listas. -----

Esta estrutura, não pode, de modo algum pactuar com alguém, que em tão pouco tempo, subtraindo a sua representatividade, teve uma atuação que a envergonhou e colocou em cheque, bem como a todos aqueles que representa e ajudaram a ser eleito.” –

Não existindo mais nenhum pedido de intervenção, passou-se de imediato à ordem dos trabalhos. -----

-----ORDEM DOS TRABALHOS-----

PONTO NÚMERO UM

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ABERTURA DE ALGUNS PROCEDIMENTOS DE CONCURSO PÚBLICO PARA A REALIZAÇÃO DE EMPREITADAS

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Em relação a algumas questões não levanto problemas nenhuns. -----

Em relação aos Casais Formigos e Casal Vidigal, compreendo a limitação que a câmara tem com projetos anteriores e com compromissos anteriores, fala aqui na requalificação dos acessos, mas o problema dos Casais Formigos é muito mais complexo, é uma coisa que nos envergonha porque os últimos executivos não fizeram nada no sentido de resolverem o problema de saneamento nesta área, assim como na rua Ferreira Mesquita que neste momento temos as casas a ser todas entijoladas, por estiveram à venda em tempos, mas as pessoas não querem ir para lá porque não há saneamento. -----

Concordamos com isto, vamos aprovar, mas faço uma recomendação que assim que puder e que se veja livre de alguns compromissos que deviam ser secundários, se empenhe também na resolução dos problemas de saneamento nesta área. “ -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM

O ponto número um “ **Autorização Prévia – Compromissos Plurianuais – Abertura de Alguns Procedimentos de Concurso Público para a Realização de Empreitadas**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO DOIS

DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS NOVOS DIRIGENTES

Não havendo pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número dois à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS

O ponto número dois “ **Despesas de Representação dos Novos Dirigentes**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO TRÊS

ISENÇÃO DE TAXAS DE PUBLICIDADE/SUPORTES PLUBLICITÁRIOS E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM MOBILIÁRIO URBANO PARA 2014

Pedi a palavra **Luís Grácio**: “ Este assunto tem sido habitual nas assembleias municipais de início de ano, desde 2009 por proposta do Bloco de Esquerda com o objetivo de dar uma pequena folga ao comércio local e às pequenas atividades tão massacradas e com a atual situação económica que o país atravessa e permitir alguma capacidade de resistência às empresas na tentativa de manter os postos de trabalho. -----

Esta prática tem sido aceite pelo executivo na sua totalidade, tem sido sempre votado por unanimidade, apesar de ter sofrido alguma redução por parte da antiga maioria do PSD de ano para ano, mas, tem sido possível fazer algo em prol das pequenas empresas. -----

Foi nesse sentido, que o Bloco de Esquerda mais uma vez apresentou já este ano uma nova proposta, um pouco diferente do que vinha sendo apresentada anteriormente e que é hoje aqui presente, foi adotada pelo PS, porque nós entendemos um sentido de melhoria sempre nas propostas que vamos apresentando. -----

Uma das alterações que propusemos é que o próprio regulamento de taxas incluisse, como manda a lei inclusivamente, a possibilidade da isenção apesar de boa-fé e corretamente o executivo sucessivamente a aprovar essas isenções, tal não foi o entendimento da maioria, assim como o próprio cálculo das reduções eram um pouco diferente. -----

A nossa proposta favorecia fundamentalmente as pequenas unidades, unidades cujos espaços de exposição seria até 12m², cerca de seis mesas de café, enquanto que, a proposta hoje aqui apresentada favorece acima de valor de espaço. -----

Todavia não é por isso que nós iremos rejeitar esta proposta, pelo contrário, votamo-la na câmara favoravelmente e hoje também iremos fazê-lo aqui.” -----

Proseguiu **Kelly Silva**:“ É proposto que se mantenham as isenções do pagamento de taxas relativas à ocupação do espaço público com mobiliário urbano e publicidade para o ano de 2014. No entanto, gostaríamos que as propostas para os Empresários do Entroncamento não se resumissem a isto.-----

Senhor Presidente, os comerciantes do Entroncamento sentem-se desapoiados. O projeto “Viver o comércio” está a ser mantido mas não está a ser cumprido. As iniciativas outrora desenvolvidas seguiam uma lógica, uma linha para criação de hábitos na sociedade e para se manterem costumes de compra no comércio local. Pode-se até alegar que por falta de verba não se desenvolvem mais atividades, mas Sr. Presidente existem atividades que dispensam grandes custos, precisam sim de Boas Ideias, muito Trabalho, muito Boa Vontade e a colaboração de todos, nomeadamente das associações, dos próprios comerciantes mas as iniciativas têm que partir da Câmara Municipal. -----

Referimos também, mais uma vez a nossa tristeza quanto ao Centro Empresarial do Entroncamento que para além de estar ao abandono, apresenta-se uma conduta pouco apropriada, num espaço que supostamente seria de trabalho, criado para se desenvolverem futuros empresários no e para o Entroncamento. O Sr. Presidente até poderia ter idealizado um outro espaço para desenvolver um Centro de Negócios, pode até ter sonhado com este ou com aquele lugar, mas mantinha o CENPRE em pleno desenvolvimento dirigido por pessoas capazes e com empresas credíveis tal como encontrou, pelo menos até existir verba para se gastar novamente dinheiro num outro espaço. Futuramente, ao colocar a sua ideia em prática já poderia contar com empresas mais sólidas no novo espaço, com funcionários mais experientes e com uma população que sabia que poderia contar com este tipo de apoio. Apesar de repente ter aparecido num meio de comunicação social uma informação a dizer que afinal o CENPRE existe e mais, que se situa num Espaço de Excelência, afinal o espaço é o adequado? Ou não é? Esta bancada acredita que o fim do CENPRE esteja próximo, que mais dia, menos dia

vai fechar as suas portas. E que esta notícia surge apenas para tentar justificar o inevitável provocado pelo atual executivo, que consegue avaliar a viabilidade de negócio de uma empresa e barrar-lhe a entrada no CENPRE pelo nome escolhido, apesar de existirem entidades credíveis e protocoladas para esse efeito. Para nós, isto é um exemplo, que apoiar aos Empresários do Entroncamento não é uma prioridade para este executivo. E por isso abordarmos o CENPRE neste ponto, pois este poderia também contribuir para o aumento do tecido empresarial do nosso concelho. -----
Senhor Presidente, os Empresários do Entroncamento apresentam todo um potencial para o desenvolvimento económico do nosso concelho. Para que continuem a contribuir precisam de ser apoiados, incentivados. Se não corremos o risco de um dia o apoio dado a estas pessoas seja no âmbito do social.-----
Tal como se encontra atualmente em vigor e vem sendo prática desde 2009 e à semelhança do que se passou no mandato anterior, a manutenção desta proposta será aceite pela bancada do PSD.” -----

Intervio **Mário Balsa**: “ Em relação a este ponto, temos que realçar de facto o cumprimento daquilo que eram as nossas intenções durante a campanha, que é o não aumento das taxas. -----

Não podemos de todo esquecer, embora gostássemos, a situação que a autarquia vive, o país, a sociedade vive atualmente com os constrangimentos e dificuldades, naturalmente todos gostaríamos, e já aqui frisei isso em assembleias anteriores, de poder baixar, isentar, de fazer uma série de coisas, não é possível ao abrigo de um conjunto de constrangimentos, temos que manter aquilo que existia e que nos permite de alguma forma não prejudicar as pessoas.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “ **Isenção de Taxas de Publicidade/Suportes Publicitários e Ocupação do Espaço Público com Mobiliário Urbano**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. –

PONTO NÚMERO QUATRO -----

PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE DIRIGENTES – DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO RECRUTAMENTO -----

Atendendo a que ninguém quisesse intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou-o à votação.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “ **Proposta de Abertura de Procedimento Concursal para Recrutamento e Seleção de Dirigentes – Designação do Júri do Recrutamento**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -----

Pediu a palavra **Mário Balsa**. “ Após diálogo com a estrutura, a bancada do Partido Socialista trás como proposta de nome a esta assembleia para ser votada, o nome do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, Rui Maurício.” -----

Referiu **Ezequiel Estrada**: “ Abstenho-me de comentar e argumentar esta decisão, mas por respeito e consideração por alguns elementos do executivo da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, compete-me chamar à atenção para uma situação que efetivamente esta decisão foi tomada pela estrutura, está decidida. -----

No entanto fica alguma mágoa a esses elementos do executivo da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, sendo que, uma delas está disponível, está aposentada, foi Presidente do Agrupamento Alpha do Entroncamento, a outra é Mestre na escola Ruy D` Andrade no ensino recorrente, faz parte do Conselho Geral e efetivamente têm toda essa capacidade de poderes estar num órgão e manifestar o seu interesse. -----

Em solidariedade com elas, efetivamente vou seguir a linha orientada pela estrutura partidária que apoia esta situação, no entanto por questões de solidariedade, tinha que referir aqui esta situação relativamente a estes dois excelentes elementos que tenho na Direção da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**: “ Para o Conselho Municipal de Educação só exige um Presidente de Junta. -----

No regulamento que estamos a fazer para o Conselho Municipal de Segurança, já alteramos para que estejam os dois Presidentes de Junta de Freguesia, para que não se coloque este problema. -----

De qualquer forma, sempre que existir só a necessidade de um Presidente de Junta, teremos de uma forma ou de outra, fazer opções e votações.” -----

Referiu **José Baptista**: “ Este ponto é daqueles que numa situação normal não nos leva a fazer grandes considerações, são dois Presidentes de Junta do Partido Socialista e portanto, deve haver um entendimento próprio interno, não deve vir aqui qualquer discussão, o outro senhor Presidente de Junta mostrou a sua discordância porque tem um elemento que gostaria que lá estivesse, não sei se o Conselho Municipal de Educação vai abrir mais uma vaga para meter lá os dois Presidentes de Junta, tal como parece que o Conselho Municipal de Segurança já vai fazer, ainda vamos discutir o regulamento. -----

Obviamente que vamos aprovar, não queríamos era que o Partido Socialista viesse para aqui em discórdia, seria uma grande chatice aprovarmos um nome que não é consensual dentro do próprio partido que o indica.” -----

Marisa Parreira referiu: “ Ficámos a saber que pela parte do PS é designado o Presidente da Freguesia de São João Baptista, Rui Maurício. -----

O que nós queríamos dizer e aproveitar e como se fala em relação à educação, queríamos reforçar a nossa preocupação com a situação provisória da Escola Doutor Ruy D` Andrade, que quanto a nós já parece definitiva. -----

Esperamos que esta atenção não seja só nossa, seja também do executivo e do designado representante da junta de freguesia.” -----

Seguidamente foi feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a colocação dos respetivos boletins na urna. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

Após o escrutínio da votação secreta, o ponto número cinco da ordem dos trabalhos obteve a seguinte votação: -----

Dezoito votos a favor do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista;

Quatro abstenções. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “ Ficou uma questão para colocar de há pouco, gostaria de a colocar ao senhor Presidente, não sei se pretende responder ou não, que é o seguinte: -----

Na reunião do executivo de quatro de fevereiro de dois e catorze, foi deliberado pelo executivo municipal proceder à libertação das garantias bancárias dos dois estabelecimentos concessionados no centro cultural do Entroncamento, ou seja, as garantias que existem por parte do município, para que em qualquer situação de incumprimento do concessionário e que o município tem que ter na sua esfera para se ressarcir para algum problema, foi votado pelo executivo municipal deixar de as ter. ----

A questão que aqui me trás é a seguinte: -----

Sei que houve um parecer de uma jurista da autarquia, não sei que ela respeita ou não o que é devido, porque uma garantia bancária existe para alguma coisa, mas gostava de saber se o executivo pretende alargar esta medida aos restantes concessionários que têm outros contratos no mesmo género com a Câmara Municipal.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ Na informação não consta nada sobre o regime das quarenta horas. -----

Acho que esse tipo de informação também nos deve chegar e quais foram as medidas tomadas. -----

Nas próximas informações e já solicitamos isso anteriormente com outros executivos, que nos seja dada alguma informação sobre o Museu Nacional Ferroviário, orçamentos, relatórios de atividades, plano plurianual de investimentos, taxas de execução, nós temos direito a essa informação. -----

Em relação à Resitejo, é outra empresa a qual a Câmara do Entroncamento é associada, também gostaríamos de ter alguma informação em termos de contas, atividades e alguma informação que nos diga porque é que há tantos fogos naquele espaço e alguns deles de grande dimensão. -----

Outra questão relativamente à Resitejo, é saber com que critérios é que a Resitejo paga os livros escolares nalgumas freguesias e as nossas crianças não têm, não digo que não haja razões para isso, mas essas razões devem ser esclarecidas para que haja transparência. -----

Em relação à atribuição de competências às freguesias e os acordos de execução, queria chamar à atenção que o limite é em abril, os estudos devem já estar em andamento, as negociações entre a câmara e as freguesias devem-se desenvolver e nós também temos direito a alguma informação a esse nível.” -----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara**: “ Relativamente à questão colocada pelo deputado do PSD, congratulo-me que não haja mais nenhuma questão senão aquela que foi colocada. -----

Já agora, também gostava de lançar uma questão, afinal o PSD quer que apoiemos os empresários do nosso concelho, ou não? -----

Nós estamos a tentar criar condições para que os contratos de concessão que sejam executados, sejam com condições para quem recebe a concessão a possa desenvolver com eficácia. -----

Relativamente à concessão decidida pelo anterior executivo ao restaurante e bar do Bonito, neste momento ainda não há licença de utilização, não há projeto de eletricidade aprovado, há duas empreitadas que estão a ser executadas que não tinham sido executadas, o projeto de gás não estava concluído, há um conjunto de problemas que não obstaculizaram a que o anterior executivo avançasse com a concessão. -----

Vamos honrar obviamente os compromissos e estamos a resolver os problemas para que as coisas funcionem com eficácia. -----

Em relação às questões que o senhor deputado António Ferreira, colocou e que me parecem pertinentes, informo: -----

A questão das quarenta horas, como sabem, é um processo nacional, é um processo criado por este governo, criou um problema e que não sabem como é que há de sair dele e a posição do executivo do Entroncamento, foi muito simples. -----

O anterior executivo tomou uma posição que nesta matéria nós achamos correta, quando saiu a lei limitou-se a cumprir e alterou o horário de trabalho para as 40 horas, nós quando tomámos posse mantivemos esse horário, até que recebemos uma providência cautelar do tribunal no sentido das 35 horas. -----

De facto nós poderíamos ter questionado essa providência, poderíamos ter arranjado problemas, mas optamos face à providência cautelar, alterar o horário para 35 horas. -----

A nossa posição foi esperar que este imbróglgio fosse resolvido e portanto na altura própria assumiríamos o horário que fosse geralmente aceite porque entendemos que o horário deve ser igual nas várias autarquias, ainda que cada autarquia possa ter poder para negociar com os sindicatos um horário individualizado. -----

Entretanto, procuramos ao nível da CIMT encontrar o desenvolvimento de uma solução conjunta com os sindicatos, isso não foi possível. -----

O município foi mais tarde notificado da decisão da ação principal, em que declarava que o horário legal são 40 horas e portanto, não foi uma questão de decisão política, foi uma questão de cumprir a lei. -----

O executivo também aceitou uma recomendação, no sentido de estarmos disponíveis para negociar qualquer horário de trabalho dentro das 35 horas às 40 horas, mas também disponíveis para discutir e aceitar as 35 horas. -----

Entretanto oficiámos a Associação Nacional de Municípios porque entendemos que essa matéria deveria ser desenvolvida ao nível da Associação, que até agora não nos deu resposta formal e temos continuado junto da CIMT encetarmos um processo negocial com os sindicatos, em que indicámos como representação do executivo a senhora vereadora Tilia Nunes e que já participou numa reunião na CIMT com os sindicatos sobre esta temática. -----

Na última reunião do executivo, decidimos que essa representação do executivo do Entroncamento com os sindicatos, fosse reforçada com o senhor vereador David Ribeiro. -----

A nossa posição é clara, só iremos promover uma mudança de horário quando houver de facto uma solução que entendamos que seja definitiva e para essa solução, estamos abertos a negociar numa base de total abertura. -----

Existem neste momento muitos acordos estabelecidos entre os sindicatos e as câmaras, conheço muito poucos ainda, conheço muitas intenções e conheço muitas divulgações desses acordos. -----

O concelho de Torres Novas nunca alterou o horário das 40 horas, a posição do executivo é que, só alterará o horário de 40 horas depois do acordo ser devidamente homologado pela tutela, porque como sabem, não basta assinar o acordo, esse acordo tem que ser homologado pela tutela e pelas finanças e que eu saiba, até hoje, ainda não houve nenhum acordo que tenha sido homologado. -----

No Médio Tejo, as únicas câmaras que estão com as 35 horas, são Tomar, Constância, Ourém e Mação ou Sardoal, tirando Tomar porque é uma situação diferente, porque não foram notificadas pelo tribunal. -----

A questão do Museu Nacional Ferroviário é pertinente, vamos procurar incluir alguma informação futura na informação à assembleia, ainda que, os senhores deputados poderão ter acesso a qualquer esclarecimento que pretendam sobre qualquer matéria. ----

Como sabem a Administração do Museu tem uma representação da Câmara, sou eu que represento o município e temos vindo há uns meses a esta parte, usando uma imagem muito feliz da senhora administradora em representação da CP, temos vindo digamos, “*a comer o elefante aos bocadinhos*”, ou seja, temos vindo a tentar resolver uma enormidade de problemas graves que existiam e têm vindo a ser resolvidos aos bocadinhos. -----

Neste momento há um consenso generalizado que inclui as administrações das empresas que são principais bases da Fundação Museu Nacional Ferroviário, da importância e de estarmos a trabalhar para que o Museu possa abrir até trinta de junho. –

O modelo que vai presidir à abertura do museu na sua fase inicial, será um modelo que incluirá já uma área de exposição muito interessante, é um modelo que incluirá o antigo armazém de víveres, a chamada redonda e aqueles três pavilhões, um aonde está o comboio presidencial e outros dois que estão em obras. -----

Relativamente à RESITEJO, da nossa experiência e conhecimento, devo dizer que a RESITEJO é um bom exemplo de boas práticas empresariais e de intervenção neste setor. -----

Se inicialmente era uma entidade estruturada no serviço que prestava aos municípios, hoje essa parte de negócios já não é a principal. -----

De facto já registei essa informação de que a empresa porventura ofereceria manuais escolares nalgumas freguesias, ao Entroncamento não oferece, mas há a disponibilidade para colaborar em várias campanhas e iniciativas que vamos desenvolver em conjunto. -----

Quanto aos Casais Formigos, o senhor deputado se avaliar bem o projeto, vai ver que as suas preocupações estão lá contempladas. -----

As delegações de competências das juntas de freguesia, estamos a trabalhar sobre essa matéria, ainda há duas semanas estivemos numa conferência promovida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, em Coimbra, justamente sobre essa matéria, para podermos fazer um documento e um trabalho com as juntas de freguesia. –

Sobre o CENPRE, gosto de ouvir a senhora deputada Kelly, até lhe sugiro que nos traga propostas concretas que são sempre bem-vindas. -----

Devo-lhe dizer que relativamente ao CENPRE, infelizmente *era muita parra e pouca uva*, porque como sabe, nem sequer o regulamento de utilização do CENPRE estava aprovado e as empresas que lá estavam, não eram com tanto potencial quanto isso, porque as empresas que lá estavam, só uma é que saiu, nem sabemos qual era a área do negócio, e depois está lá o concessionário do restaurante do Bonito e mais uma pequena empresa na área da animação cultural. -----

A curto prazo irão ser instaladas três novas empresas no CENPRE e estamos a ultimar o regulamento e já agora vou-lhe dizer, que de facto o espaço é muito bonito mas é muito caro e como temos uma opção de racionalidade, já denunciámos o contrato, não faz sentido que o município o mantenha, tem espaços condignos que a seu tempo anunciaremos. -----

Queria referir dois ou três pormenores que são importantes: -----

Sobre a Esquadra da Polícia, já toda a gente tem a informação que não havia qualquer financiamento aprovado para a esquadra e para o posto de atendimento. -----

Havia apenas um projeto que de acordo com a avaliação técnica, é um projeto de medíocre qualidade e com uma localização que nós sempre entendemos não adequada e portanto, que não serve os interesses da cidade. -----

Entretanto tivemos uma reunião com o senhor Secretário Adjunto do Ministro da Administração Interna, há uma base de entendimento e uma disponibilidade que registo com muito agrado, de em conjunto encontrarmos soluções para o problema da Esquadra.

Foi-nos dito que não havendo um compromisso de financiamento passado, havia pelo menos um compromisso moral com o Entroncamento. -----

Neste momento há uma mensagem clara que a Esquadra do Entroncamento não tem condições, segundo dizem os oficiais da PSP a pior esquadra do distrito. -----

Existe um entendimento que também já foi claro, nem nós executivo, nem o Ministério da Administração Interna, têm qualquer interesse, ou vêm qualquer viabilidade num posto de atendimento, que a nosso ver, só existia para fins eventualmente eleitorais, porque em termos de facto, esse posto de atendimento nunca foi assumido pelo Ministério da Administração Interna e de acordo com o que foi transmitido, não está de acordo com as boas práticas de organização do Polícia. -----

Até ao momento ultimámos cinco projetos de intervenção da nossa cidade, houve um trabalho forte no sentido de ultimarmos um conjunto de projetos, porque de facto conseguimos uma garantia junto do Mais Centro, se os processos fossem desenvolvidos e até ao final de março tivessem num determinado desenvolvimento em termos de adjudicação, nós temos uma garantia praticamente segura de financiamento desses projetos. -----

Por esse motivo, o executivo reuniu extraordinariamente na segunda-feira passada justamente para aprovar o último desses projetos, que é a construção de uma ciclovia que irá ter início na zona do Centro de Saúde, promovendo também o seu arranjo exterior, até à Soladrilhos, sendo coincidente com o percurso da ribeira de Santa Catarina. -----

Esses projetos vão permitir ainda durante o corrente ano, intervir em várias áreas da nossa cidade, nomeadamente os Casais Formigos beneficiando financiamentos comunitários neste último ano de vigência do Quadro Comunitário atual. -----

Estamos obviamente também atentos e a preparar o próximo Quadro Comunitário, temos vindo a participar nas reuniões de desenvolvimento estratégico, quer ao nível da CIMT, quer da discussão do Relatório das Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado. -----

Não posso acompanhar as observações do senhor Luís Grácio, porque me pareceu desconhecer um pouco a realidade atual. -----

A moção que foi aprovada aqui é muito importante, para além de que reflete a vontade desta assembleia, é também muito importante porque no relatório que neste momento é conhecido, o único investimento estruturante desta região é a variante dos Riachos, que é uma variante que liga o parque Multimodal à A1, atravessando terrenos da Reserva Agrícola e da Reserva Ecológica que a própria Câmara Municipal de Torres Novas, não vê com bons olhos, e quando nós o que achamos importante e por isso esse documento foi aprovado, também reflete a nossa preocupação e também está na linha de um documento que já enviámos para a CIMT para engrossar as nossas propostas junto desse grupo de trabalho, é que, seja considerado esta Porta Norte Empresarial e Logística, considerado pelo eixo ferroviário Entroncamento e rodoviário da A1 e A23, concelhos Entroncamento, Torres Novas e Alcanena. -----

Devo dizer ao senhor deputado que esta ideia Porta Norte Empresarial já existe nos planos estratégicos da CCRLVT há cerca de dez anos, temos andado a trabalhar

para que essa Porta Norte considere o Entroncamento e considere a ligação à ferrovia porque nos parece fundamental, a potencialidade que a ferrovia pode dar a esse eixo empresarial. -----

Os planos estratégicos de Lisboa e Vale do Tejo, já contempla há cerca de dez anos essa referência, os próprios concelhos de Torres Novas e Alcanena têm vindo a trabalhar no sentido de adaptar os PDM's para acomodarem esta estrutura empresarial. –

Uma última nota. Na informação que foi prestada, há uma informação que gostava de realçar. -----

Em setembro de dois mil e treze, o montante das dívidas em atraso deste município eram de 972 228.55 euros. -----

As dívidas em atraso eram dívidas que ultrapassavam 90 dias o prazo de pagamento, se o prazo de pagamento for 60 dias, quer dizer que eram dívidas que estavam vencidas há mais de 150 dias. -----

Em final de janeiro esse montante é de 69 634.00 euros, não só cumprimos um objetivo que era pelo menos diminuir 10% do montante da dívida, como há uma redução substancial nesse montante. -----

Está lá escrito com toda a clareza, que essa diminuição de deveu a dois fatores, a última tranche do PAEL que representa 600.000.00 euros e uma contenção substancial de custos em cerca de 350.000.00 euros. -----

Penso que é dado muito relevante e que diz bem do esforço que este executivo e toda a câmara têm feito nessa matéria.” -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ Ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição nas Autarquias Locais, que é a Lei nº 24/98, de 26 de março, diz-nos que a qualquer momento os órgãos executivos tem que dar àqueles de quem de direito respostas sobre as pretensões que são exigidas. -----

Admito que o senhor Presidente da Câmara não goste das perguntas que nós lhe fazemos, por aliás disse-o aqui, que lamenta que nós façamos estas perguntas, mas, o Partido Social Democrata fez uma pergunta clara e não fez mais do que isto. -----

A libertação das garantias bancárias é legal? -----

É para aplicar a todos aqueles que estão nesta situação? -----

Vamos defraudar os cofres do município? -----

Vamos pôr o município em situação de a qualquer momento poder ficar defraudado de um valor que não vai ser ressarcir a qualquer momento? -----

Peço desculpa de ter estragado a festa da RESITEJO, do Museu, das 35 horas, que o senhor Presidente estava tão divertido a falar e também não lhe falei da adjudicação da ciclovía do ajusto direto dos 17. 600.00 euros, porque achei que o outro assunto era mais importante. -----

Porque é que o senhor Presidente não responde à bancada se é para manter ou não as garantias para todos aqueles que têm concessões, se são para ser libertadas a todos ou não, se isto é legal e se é para ser feito assim e se nós podemos dizer a todos os concessionários de espaços da autarquia, vão requerer à câmara a libertação das garantias bancárias que a câmara vai concede-las. ” -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: